

RJ prepara PPP para executar obras de saneamento

Rodrigo Carro
Do Rio

O governo estadual do Rio de Janeiro prepara para o segundo semestre o edital de licitação de um projeto de saneamento orçado entre R\$ 7 bilhões e R\$ 9 bilhões. Além de garantir a coleta de esgoto em 11 municípios da região metropolitana do Rio, abriria caminho para uma futura abertura de capital (ou até privatização) da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae).

Com um déficit orçamentário de R\$ 19 bilhões previsto para 2016, o Estado está formatando também 15 Parcerias Público-Privadas (PPPs) com o objetivo de atrair investimentos.

De parcos resultados, a única PPP realizada até hoje pelo Estado do Rio foi a que culminou na concessão do estádio do Maracanã a um consórcio encabeçado pela empreiteira Odebrecht em 2013. Apesar do retrospecto pouco animador, o edital para escolha da empresa responsável pela elaboração do estudo técnico do projeto de saneamento conseguiu atrair três participan-

tes. A Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), que tem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre seus acionistas, superou a BF Capital e a Planos Engenharia na disputa.

"A consultoria independente realiza o estudo com exclusividade, no risco, sem custo para o Estado. Depois, vai ser ressarcida pelo vencedor da licitação. Se a licitação não atrair ninguém, [a consultoria] não vai receber", resume o secretário fluminense de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Marco Capute.

"Queremos ser menos um executor e mais um fiscalizador, através de indicadores de qualidade". No caso do projeto de saneamento, que engloba a Baixada Fluminense e a Região Leste do Estado, a tendência é de que o regime previsto no edital seja o de subdelegação em vez de uma PPP. Nesse modelo, a Cedae transfere os serviços de esgotamento sanitário na região do projeto a um subdelegatário. O prazo para exploração do serviço seria de 30 anos.

Os 11 municípios a serem be-

neficiados somam 4,3 milhões de habitantes que atualmente contam com baixa penetração do serviço de esgotamento sanitário. A meta é, num prazo de 20 anos, atender 82% da população residente com rede exclusiva para a captação de esgoto (a chamada rede separativa).

A exceção ficaria por conta dos municípios de São Gonçalo e Magé, onde esse percentual chegaria a 81% ao longo de duas décadas. Com a gestão comercial do serviço por um parceiro privado, a tendência seria de um aumento da receita, sustenta Domingos Vargas, presidente da Agência Estadual de Fomento (AgeRio), que cuida da coordenação técnica das PPPs. "O [setor] privado cobra melhor", diz Vargas.

A estimativa do secretário Capute é de que a entrada de um parceiro privado na área de serviços de esgotamento pode ampliar em 15% a 20% a receita da Cedae. "Se criarmos valor para a companhia com o projeto de saneamento ela vai valer muito mais no futuro", sustenta Capute.

Mesmo se mostrando contrário à privatização companhia de águas e esgotos, Capute argu-

menta que o projeto para a Baixada e o Leste fluminense colocaria a Cedae numa posição mais confortável para abrir seu capital ou até mesmo ser vendida à iniciativa privada.

Embora não tenha mencionado especificamente o projeto, a presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Maria Silvia Bastos Marques, revelou em seu discurso de posse, em 1º de junho, que iniciou conversas com o governo estadual "no sentido de que o BNDES apoie o eventual processo para as novas concessões de saneamento no Estado do Rio de Janeiro."

Em fase inicial, outros 15 projetos estão em andamento na Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico. A lista de prováveis parcerias público-privadas inclui iniciativas como a Barreira Fiscal e a Cidadania Fiscal.

A primeira prevê a automação do controle fiscal da entrada de produtos no Estado. Já o Cidadania Fiscal estimularia a emissão de notas fiscais ao permitir o acúmulo de milhagem pelo consumidor a cada compra devidamente registrada.